

ROUBO DE MADEIRA

Ibama admite não ter como vigiar o mogno

“As quatro mil toras foram levadas para as serrarias aos pouquinhos”, diz o coordenador da fiscalização do órgão

Renata Ferreira
de Belém

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília, alegou ontem que não tem condições econômicas, nem infra-estrutura, para vigiar permanentemente as toras de mogno que ainda boiam no rio Xingu, no sul do Pará, amarradas em cabos de aço, desde que foram apreendidas por fiscais do órgão, em junho. Na semana passada, durante um sobrevôo de helicóptero, homens da "Operação Xingu", formada por fiscais do Ibama-Pará e Brasília, Polícia Federal, Polícia Ambiental do Pará e Polícia Rodoviária do Pará, encontraram cerca de quatro mil toras de mogno em diversas serrarias localizadas na "Terra do Meio", que abrange os municípios de Altamira, Itaituba, Novo Progresso e São Félix do Xingu, no sudoeste do Pará.

Novo lacre

A maior serraria, que pertence ao madeireiro João Cléber, foi lacrada novamente, durante a operação. Ela havia sido fechada anteriormente, mas o lacre foi destruído. Durante a operação, foi constatada a presença de 25 trabalhadores na serraria, cinco dos quais eram menores de idade. O Ibama repassou o caso para o Ministério do Trabalho.

Segundo o Ibama-Brasília, tudo

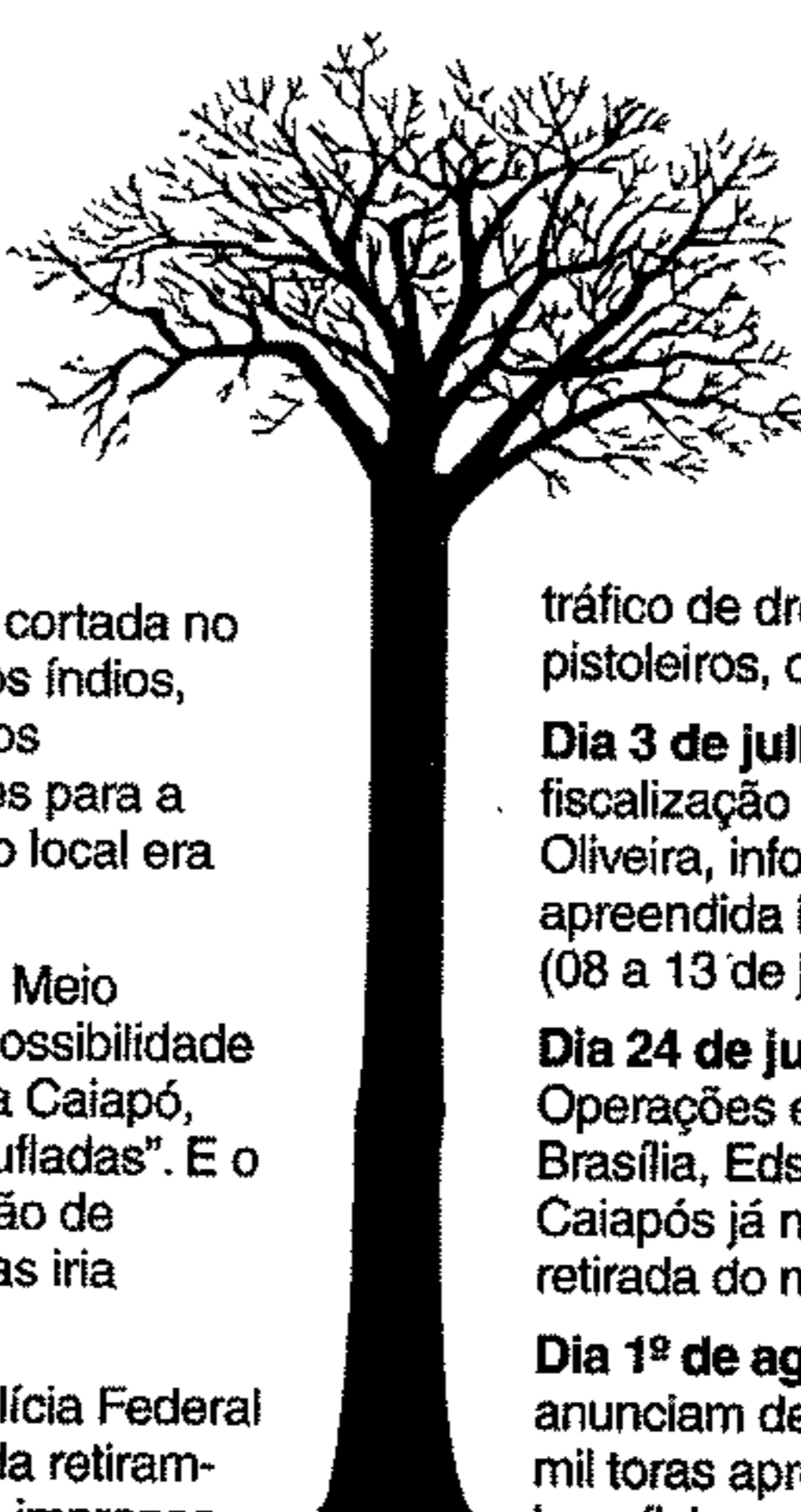
O histórico

Dia 24 de junho - Homens do Ibama e da Polícia Federal apreendem as 7 mil toras de mogno na localidade de Caxangá, no Sul do Pará. A madeira estava amarrada a cabos de aço e boiava no rio Xingu, ao lado da reserva dos índios Caiapós.

Dia 27 de junho - Surgem informações de que a madeira foi cortada no interior da reserva Caiapó e que os índios, que haviam feito um acordo com os madeireiros, ofereciam dificuldades para a retirada das 7 mil toras. O clima no local era de tensão.

Dia 30 de junho - O Ministério do Meio Ambiente começa a investigar a possibilidade de existirem, no interior da reserva Caiapó, outras 7 mil toras de mogno "camufladas". E o Ibama-Pará informa que a operação de retirada das 7 mil toras apreendidas iria demorar dois meses.

Dia 2 de julho - Os homens da Polícia Federal que vigiavam a madeira apreendida retiraram-se de Caxangá. E a assessoria de imprensa



do Ibama-Pará informa que a ordem de "retirada" partiu de Brasília. O Ibama-Pará anuncia uma "ação global", com a colaboração das polícias federal, civil, militar e até do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para retirar o mogno do local e tratar de outras ocorrências da região, como o tráfico de drogas, grilagem de terras, ação de pistoleiros, questões indígenas.

Dia 3 de julho - O coordenador-geral de fiscalização do Ibama, em Brasília, Júlio Oliveira, informa que a retirada da madeira apreendida iria começar na semana seguinte (08 a 13 de julho).

Dia 24 de julho - O coordenador de Operações e de Fiscalização do Ibama, em Brasília, Edson Cruz, informa que os índios Caiapós já não oferecem mais resistência à retirada do mogno.

Dia 1º de agosto - Fiscais do Ibama anunciam descoberta de quatro mil das sete mil toras apreendidas em fase de beneficiamento em madeireiras da região.

ARTE GAZETA

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercanti

indica que essas quatro mil toras pertenciam ao lote de sete mil que foi apreendido no mês passado sob denúncia de ter sido retirado da reserva Caiapó, em Caxangá, localidade a 40 quilômetros de São Félix

do Xingu. "Provavelmente, essa madeira que estava nas serrarias foi roubada aos pouquinhos do monte das sete mil toras. Foi um trabalho de formiguinha. Eles vão tirando as toras aos poucos, duran-

te a noite e nos finais de semana", diz Júlio Oliveira, coordenador geral de fiscalização do Ibama.

“Região perigosa”

De acordo com Oliveira, o Iba-

ma não tem condições de montar um acampamento na região, porque o lugar é totalmente ermo. Não tem nem luz elétrica. O custo para manter pelo menos 40 homens na vigilância seria muito alto. Além disso, é uma região muito perigosa, cheia de pistoleiros. "Se deixarmos dois ou três homens lá, eles vão correr perigo de vida. O melhor é continuar com o trabalho que fazemos agora. Ou seja, fazer vôos regulares de helicóptero alguns dias na semana para monitorar a madeira. Até porque, aquele mogno só tem um destino que são as serrarias de São Félix do Xingu. Sabendo disso, podemos fazer as apreensões no próprio município, como essa da semana passada”.

Alto valor

Em estado bruto, as 7 mil toras foram avaliadas em R\$ 80 milhões por especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No momento, segundo Oliveira, não é possível retirar facilmente o mogno que está no Xingu, porque o rio está na fase de seca. Em função disso, as balsas encalham nas pedras e corredeiras. A previsão é que esse trabalho só comece a ser executado a partir de setembro, quando o nível da água do rio começa a subir. O Ibama havia anunciado que faria a remoção da madeira há cerca de um mês atrás.

INSTITUTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: gmm (Governo do Estado)

Data: 5/8/2002 Pa CT

Class: 489